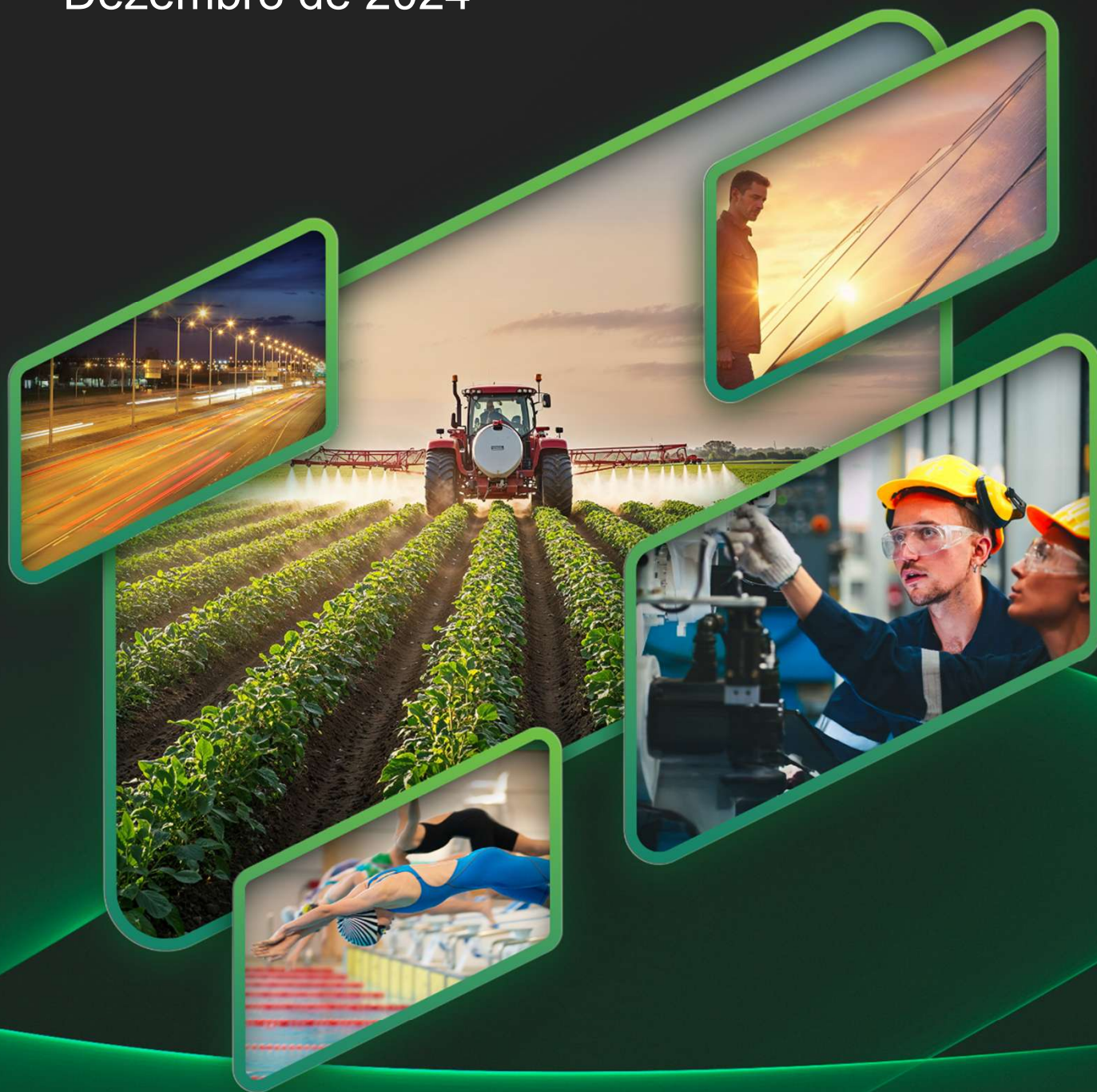


# Demonstrações Financeiras em IFRS

Dezembro de 2024



<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4</b>	<b>1.506.375</b>	<b>1.021.547</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>23.501.464</b>	<b>19.563.899</b>
Ao custo amortizado	5	21.632.418	17.779.464
Títulos e valores mobiliários		526.272	287.272
Operações de crédito	6	21.444.530	17.733.229
Outros ativos financeiros		136.412	188.425
(-) Provisão para perdas esperadas	5	(474.796)	(429.462)
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	7	1.869.001	1.782.680
Ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA)	7	45	1.755
<b>Ativos fiscais</b>		<b>596.182</b>	<b>465.840</b>
Correntes		82.610	69.665
Diferidos	14.2	513.572	396.175
<b>Outros ativos</b>	<b>8</b>	<b>182.875</b>	<b>136.564</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>9</b>	<b>48.403</b>	<b>51.214</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>9</b>	<b>7.620</b>	<b>9.505</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>25.842.919</b>	<b>21.248.569</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>19.794.858</b>	<b>16.063.372</b>
Ao custo amortizado	10	19.794.391	16.058.887
Depósitos e captações		796.585	78.314
Obrigações por empréstimos e repasses		18.630.885	15.482.370
Outros passivos financeiros		366.921	498.203
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)		467	4.485
<b>Provisões</b>	<b>12</b>	<b>149.721</b>	<b>131.481</b>
<b>Passivos fiscais</b>		<b>377.363</b>	<b>300.478</b>
Correntes		221.321	231.628
Diferidos	14.2	156.042	68.850
<b>Outras obrigações</b>	<b>15</b>	<b>888.771</b>	<b>594.243</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>21.210.713</b>	<b>17.089.574</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Capital social	16	2.487.333	2.225.541
Reservas de lucro		2.133.057	1.991.971
Outros resultados abrangentes		11.816	(58.517)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.632.206</b>	<b>4.158.995</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>25.842.919</b>	<b>21.248.569</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2024	2023
<b>Resultado com juros e similares</b>	<b>17</b>	<b>1.169.595</b>	<b>1.168.863</b>
Receita com juros e similares		2.763.055	2.151.301
Despesa com juros e similares		(1.593.460)	(982.438)
<b>Ganhos (perdas) esperadas sobre ativos financeiros</b>		<b>(39.377)</b>	<b>38.391</b>
Perdas esperadas de crédito		(38.510)	37.572
Perdas esperadas de títulos e valores mobiliários		(867)	819
<b>Resultado de tarifas e comissões</b>	<b>18</b>	<b>51.717</b>	<b>25.415</b>
Receitas com tarifas e comissões		67.205	50.115
Despesas com tarifas e comissões		(15.488)	(24.700)
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>1.181.935</b>	<b>1.232.669</b>
<b>Outras receitas / despesas</b>		<b>(468.823)</b>	<b>(432.784)</b>
Despesas com pessoal	19	(282.811)	(249.081)
Outras despesas administrativas	20	(94.975)	(74.798)
Despesas tributárias	21	(62.055)	(60.584)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	(1.406)	(29.372)
Depreciação e amortização		(7.673)	(9.866)
Despesas com provisões		(21.123)	(9.330)
Lucro na venda de ativos não financeiros		7.552	1.315
Ganhos (perdas) com ativos não financeiros		(6.332)	(1.068)
<b>Lucro operacional antes da tributação</b>		<b>713.112</b>	<b>799.885</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>14.1</b>	<b>(174.879)</b>	<b>(268.738)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>538.233</b>	<b>531.147</b>
Resultado líquido básico e diluído por ação (lote de 1000 ações)		0,22	0,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>538.233</b>	<b>531.147</b>
<b>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</b>		
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>2.805</b>	<b>1.099</b>
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	1.207	1.303
Efeito tributário	1.598	(204)
<b>Itens que não podem reclassificados para o resultado</b>		
<b>Benefício pós-emprego</b>	<b>67.528</b>	<b>64.635</b>
Obrigações com benefícios de aposentadoria	74.916	35.342
Efeito tributário	(7.388)	29.293
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>70.333</b>	<b>65.734</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>608.566</b>	<b>596.881</b>

	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de lucro</b> <b>Fundo regimental</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 01/01/2023</b>	<b>1.971.507</b>	<b>1.993.675</b>	<b>(124.251)</b>	<b>-</b>	<b>3.840.931</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	65.734	-	65.734
Aumento de capital	254.034	(254.034)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	(278.817)	-	-	(278.817)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	531.147	531.147
Constituição de reservas	-	531.147	-	(531.147)	-
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>2.225.541</b>	<b>1.991.971</b>	<b>(58.517)</b>	<b>-</b>	<b>4.158.995</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	70.333	-	70.333
Aumento de capital	261.792	(108.443)	-	-	153.349
Juros sobre o capital próprio	-	(288.704)	-	-	(288.704)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	538.233	538.233
Constituição de reservas	-	538.233	-	(538.233)	-
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>2.487.333</b>	<b>2.133.057</b>	<b>11.816</b>	<b>-</b>	<b>4.632.206</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes da tributação ajustado</b>	<b>777.206</b>	<b>771.296</b>
Lucro antes da tributação	713.112	799.885
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	7.673	9.866
Ajuste a valor de mercado – ativos e passivos	(10.410)	(10.573)
Provisão para perdas com ativos financeiros	39.377	(38.391)
Provisão para perdas com ativos não financeiros	6.331	1.179
Outras provisões	21.123	9.330
<b>Redução / (aumento) de ativos operacionais</b>	<b>(3.833.630)</b>	<b>(2.149.883)</b>
Ativos financeiros ao custo amortizado	(3.741.603)	(2.205.649)
Ativos financeiros por meio do resultado	(77.088)	62.448
Demais ativos	(14.939)	(6.682)
<b>Aumento / (redução) de passivos operacionais</b>	<b>3.539.133</b>	<b>1.253.020</b>
Passivos financeiros	3.732.663	1.539.439
Provisões	(2.884)	(4.457)
Passivos fiscais correntes	(237.953)	(309.040)
Outras obrigações	47.307	27.078
<b>Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>482.709</b>	<b>(125.567)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicação no ativo tangível	(1.935)	(3.427)
Aquisição no ativo intangível	(1.523)	(1.836)
Alienação de imobilizado de uso	150	488
(Aumento)/Redução ativos financeiros mantidos até o vencimento	(150.728)	77.452
Alienação de investimentos	2.806	-
<b>Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento</b>	<b>(151.230)</b>	<b>72.677</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Juros sobre o capital próprio capitalizado	153.349	-
<b>Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	<b>153.349</b>	<b>-</b>
<b>Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>484.828</b>	<b>(52.890)</b>
<b>Modificação na posição financeira</b>		
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período	1.021.547	1.074.437
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.506.375	1.021.547
<b>Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>484.828</b>	<b>(52.890)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 26 de março de 2025.

### 2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado BRDE foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais (*International Accounting Standards Board – IASB*) traduzidas para o português pelo Instituto dos Auditores Independentes (IBRACON) que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2023.

## 2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do BRDE e as cotas de fundos de investimento em que o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as instituições consolidadas são eliminados. As demonstrações financeiras consolidadas do BRDE incluem as seguintes instituições:

- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
- BB Polo 27 Fundo de Investimento de Renda Fixa

## 2.4 Adoção de novas normas ou alterações e interpretações de normas já existentes

### 2.4.1 Aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Embora a lista de novos padrões seja fornecida abaixo, não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis e/ou com impacto nessas demonstrações financeiras.

As seguintes alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024:

- Alterações IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras. As alterações melhoraram as informações divulgadas sobre dívidas de longo prazo com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de que determinada dívida seja liquidada antecipadamente. As alterações visam ainda endereçar preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a classificação de passivos como circulantes e não circulantes, introduzidas em 2020 e ainda não vigentes.
- Alterações IFRS 16 – Arrendamentos. As mudanças preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação; e
- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 17 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros. As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez.

### 2.4.2 Aplicáveis em períodos futuros

Estão previstos, para entrada em vigor em períodos futuros, os normativos abaixo, cujos efeitos sobre as demonstrações financeiras do BRDE estão sendo avaliados:

- Alteração da IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: alterações emitidas em agosto de 2023, que determinam as divulgações necessárias quando uma moeda não puder ser convertida por outra. As alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025.



- Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: as emendas esclarecem os requisitos para o momento do reconhecimento e desreconhecimento de alguns instrumentos financeiros, esclarecem e adicionam orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de “somente pagamentos de principal e juros” (SPPJ), e fazem atualizações nas divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. As alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.
- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: norma que substitui a IAS 1 e que estabelece alterações na estrutura da demonstração do resultado, incluindo métricas gerenciais de performance. Os termos da IFRS 18 não afetam o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, porém introduzem novos subtotais e três categorias para receitas e despesas: operacionais, de investimento e de financiamento. A nova norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo aplicável a informações comparativas.
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – Divulgações: nova norma que reduz o nível exigido de divulgação das normas contábeis IFRS para subsidiárias elegíveis. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.
- IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: determina divulgações obrigatórias quanto aos processos de governança, controles e procedimentos para monitoramento, gerenciamento e supervisão de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, incluindo metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento. O IFRS S1 é efetivo para períodos de relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.
- IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima: determina como uma entidade deve divulgar informações referentes aos riscos e oportunidades associadas ao clima que poderiam afetar seus fluxos de caixa, seu acesso a financiamento ou custo de capital. A norma determina a divulgação acerca de processos de governança, controles e procedimentos que a entidade utiliza para monitorar, gerenciar e supervisionar riscos e oportunidades relacionados ao clima, incluindo metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento. O IFRS S2 é efetivo para períodos de relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

## 2.5 Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, em função da avaliação da Administração de que o BRDE tem capacidade de continuar operando normalmente e de que possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de o BRDE continuar operando.

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1 Apuração do resultado**

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

#### **3.2 Caixas e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da aquisição e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

#### **3.3 Instrumentos financeiros**

##### **3.3.1 Ativos financeiros**

O BRDE reconhece um ativo financeiro na data da negociação, ou seja, quando se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento financeiro. Inicialmente reconhecido pelo valor justo e posteriormente mensurados conforme o modelo de negócios.

##### **a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros**

Para a classificação dos ativos financeiros o Banco realiza a avaliação e identificação do modelo de negócio ao qual o ativo está relacionado e realiza a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo (*SPPI test*).

O modelo de negócios é definido pelo nível que reflete a maneira pela qual grupos de ativos financeiros são gerenciados para atingir um determinado objetivo de negócio. Portanto, o modelo de negócios de uma Instituição não depende da intenção em relação a um instrumento individual, mas sim da forma como os ativos financeiros são gerenciados para atingir sua finalidade. Após essa avaliação os ativos são classificados entre:

- a) modelo de negócio para obter fluxos de caixa contratuais;
- b) modelo de negócio para obter fluxos de caixa contratuais e venda; e
- c) outros modelos de negócio.

Quando o ativo financeiro é identificado como relacionado aos modelos de negócio de obter fluxos de caixa contratuais (item a acima) ou para obter fluxos de caixa contratuais e venda (item b acima), o Banco realiza o teste de SPPI, de forma a verificar se o ativo possui características contratuais que representem um acordo de pagamento de principal e juros.

**b) Mensuração dos ativos financeiros**

Com base na avaliação conjunta de modelo de negócio e teste de SPPI, os ativos financeiros são classificados nas seguintes três categorias:

- Custo amortizado: São classificados nessa categoria os ativos financeiros administrados no modelo de negócio para obter os fluxos de caixa contratuais e que apresentem características contratuais que representem principal e juros. Classificam-se nessa categoria, por exemplo, a carteira de crédito e algumas aplicações financeiras em instrumentos de dívida.
- Ao valor justo por meio do resultado (VJR): São classificados nessa categoria os ativos financeiros mantidos administrados no modelo de negócio para obter os fluxos de caixa contratuais e venda, e que apresentem características contratuais que representem o principal e juros, além dos instrumentos de patrimônio designados nessa categoria quando do reconhecimento inicial.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): São classificados nessa categoria os ativos financeiros relacionados a outros modelos de negócio não relacionados as categorias anteriores; ativos financeiros designados inicialmente nessa categoria como forma de reduzir “descasamentos contábeis” e demais ativos financeiros que não apresentem características contratuais de pagamento de principal e juros.

**c) Baixa de ativos financeiros**

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o BRDE transfere os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para o desreconhecimento de acordo com os requerimentos do IFRS 9.

**3.3.2 Passivos financeiros**

O BRDE reconhece um passivo financeiro quando se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento financeiro.

**a) Classificação e mensuração dos passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui passivos financeiros originados de operações com derivativos.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: são passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Classificam-se nesta categoria os empréstimos e repasses tomados pelo Banco.

**b) Baixa dos passivos financeiros**

Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando suas obrigações são liquidadas, extintas ou canceladas.

### 3.3.3 Derivativos

O BRDE utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros e buscando a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os instrumentos designados para fins de hedge accounting podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- Hedge de risco de mercado: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;
- Hedge de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, relacionados com a parcela efetiva são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em outros resultados abrangentes em conta específica do patrimônio líquido.

A parcela não efetiva do hedge é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam:

- Objetivo do hedge;
- Identificação documental do risco objeto de hedge e gerenciamento do risco;
- Classificação e estratégia do hedge;
- Procedimentos internos de escrituração;
- Identificação de objeto e instrumento de hedge;
- Testes e demonstração da efetividade.

### 3.3.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O BRDE registra provisão de perdas esperadas (PE) para suas operações de crédito e instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas associadas ao risco de crédito durante certo período. Todos os ativos nascem com sua PE estimada para 12 meses (PE 12 meses). Caso seja identificado um aumento significativo do risco de crédito da contraparte, a PE passa a ser estimada para toda a vida esperada do ativo (PE Vida) e, finalmente, caso o ativo entre em default (90 dias ou mais de atraso, recuperação judicial, falência decretada, entre outros), estima-se a perda esperada

para toda sua vida com uma ponderação mais onerosa, dado que o ativo é considerado com problema de recuperação de crédito. A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas em bases individuais, dependendo de características dos instrumentos financeiros.

O BRDE avalia a cada data-base de suas demonstrações financeiras se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de a inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Baseado no processo acima, o BRDE distribui seus instrumentos financeiros em estágios, conforme descrito abaixo:

- Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o BRDE reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. O Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o BRDE registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- Estágio 3: quando os instrumentos financeiros são considerados com problemas de recuperação. Conforme descrito acima, para os ativos nesse estágio o BRDE registra uma provisão para PE Vida mais onerosa, considerando essa característica de ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir da aplicação inicial do IFRS, o BRDE, para mensuração da provisão para perdas esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

- ➤ Probabilidade de *default* (PD – *probability of default*): se refere à probabilidade de que um ativo venha a se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito em um dado período.

O BRDE avalia a probabilidade de *default* de seus clientes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de clientes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente utilizam análise estatística e são validadas, quando apropriado, através da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

O BRDE possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de *default* (PD). O modelo de classificação de risco de crédito incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações

específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

- Exposição no *default* (EAD – *exposure at default*): trata-se de uma estimativa da exposição com a contraparte no momento futuro do *default*, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

Perda dado o *default* (LGD – *loss given default*): refere-se à estimativa do valor perdido em dado período após identificado o evento que deu ao ativo a característica de ativo com problema de recuperação de crédito.

### 3.3.5 Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Para mensuração do valor justo, o BRDE classifica os instrumentos financeiros conforme a hierarquia a seguir:

Nível 1 – preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 – informações (inputs) diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivativos dos preços).

Nível 3 – informações (inputs) para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis do mercado.

### 3.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período

### 3.5 Ativo tangível

Os ativos tangíveis são demonstrados ao custo original de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	Taxas
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

### 3.6 Ativo intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

### 3.7 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 14 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste exercício.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas praticadas a partir de 2024, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 14.2 está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado e aprovado pela Administração.

### 3.8 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Instrução Normativa BCB n.º 319/2022.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da

probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

### **3.9 Benefícios pós emprego**

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 23). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

Em consonância ao CPC 33 (R1), quando do processo de destinação de reserva especial de Plano de Benefício, apurado conforme regras emitidas pelas autoridades regulatórias, na condição de patrocinador e a fim de representar patrimonialmente de forma efetiva o benefício econômico de direito do BRDE a valor presente, o Banco constitui um ativo atuarial para este fim.

### **3.10 Demais ativos e passivos**

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

### **3.11 Principais estimativas e julgamentos contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras envolve o uso de estimativas e julgamentos sobre condições futuras que podem vir a impactar os saldos contábeis, em decorrência de incertezas e do alto nível de subjetividade envolvido. Sendo assim, os resultados futuros podem diferir das estimativas reconhecidas contabilmente.



A Administração do BRDE considera que os julgamentos são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente a posição financeira e o resultado das operações em todos os aspectos relevantes.

Os ativos e passivos e o resultado que estão sujeitos a julgamentos e estimativas incluem, notadamente:

- Cálculo de valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Perdas esperadas em instrumentos financeiros;
- Cálculo atuarial dos planos de benefícios pós-emprego;
- Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e
- Provisões e contingências para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Disponibilidades	23.532	91.727
Cotas de fundos de investimentos	1.482.843	929.820
<b>Total</b>	<b>1.506.375</b>	<b>1.021.547</b>

#### 5. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado:

	2024	2023
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>526.272</b>	<b>287.272</b>
Aplicações em commodities	88.272	
NTN - Notas do Tesouro Nacional	438.000	287.272
<b>Operações de crédito e repasses interfinanceiros (nota 6)</b>	<b>21.444.530</b>	<b>17.733.229</b>
Empréstimos	2.066.458	2.001.533
Financiamentos	9.936.846	7.639.180
Financiamentos rurais	9.441.226	8.092.516
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>136.412</b>	<b>188.425</b>
Repasses interfinanceiros	70.455	97.000
Avais e fianças honrados	6.835	35.674
Devedores por compra bens e valores	59.122	55.751
<b>(-) Provisão para perdas esperadas</b>	<b>(474.796)</b>	<b>(429.462)</b>
(-) Provisão para perdas sobre títulos e valores mobiliários	(1.188)	(321)
(-) Provisão para perdas sobre operações de crédito (nota 6.5)	(473.608)	(429.141)
<b>Total</b>	<b>21.632.418</b>	<b>17.779.464</b>

## 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### 6.1 Composição por estágio

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Empréstimos	1.981.131	1.786.563	6.361	168.185	78.966	46.785	2.066.458	2.001.533
Financiamentos	9.428.019	6.553.079	49.364	919.720	459.463	166.381	9.936.846	7.639.180
Financiamentos rurais	9.329.854	7.712.246	33.241	372.616	78.131	7.654	9.441.226	8.092.516
<b>Total</b>	<b>20.739.004</b>	<b>16.051.888</b>	<b>88.966</b>	<b>1.460.521</b>	<b>616.560</b>	<b>220.820</b>	<b>21.444.530</b>	<b>17.733.229</b>

### 6.2 Distribuição por faixa de vencimento das operações

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operações em dia	901.116	2.233.624	5.462.423	4.517.242	7.923.084	21.037.489
Operação em atraso <sup>(1)</sup>	72.882	57.197	107.372	70.217	99.373	407.041
<b>Total – 2024</b>	<b>973.998</b>	<b>2.290.821</b>	<b>5.569.795</b>	<b>4.587.459</b>	<b>8.022.457</b>	<b>21.444.530</b>
<b>Total – 2023</b>	<b>796.670</b>	<b>2.064.964</b>	<b>4.848.066</b>	<b>3.754.964</b>	<b>6.268.565</b>	<b>17.733.229</b>

<sup>(1)</sup> A operação é considerada em atraso quando apresenta alguma parcela vencida há mais de 14 dias.

### 6.3 Concentração por setor de atividade

	2024	%	2023	%
<b>Setor Privado</b>	<b>20.145.144</b>	<b>93,94%</b>	<b>16.781.776</b>	<b>94,63%</b>
Agropecuária	5.307.044	24,75%	4.581.441	25,83%
Indústria	4.989.416	23,27%	4.242.330	23,92%
Infraestrutura	4.484.365	20,91%	3.610.987	20,36%
Comércio	3.386.232	15,79%	2.645.262	14,92%
Turismo	393.549	1,84%	368.423	2,08%
Saúde	217.291	1,01%	200.222	1,13%
Intermediação financeira	206.975	0,97%	197.299	1,11%
Alimentação	76.990	0,36%	79.151	0,45%
Educação	76.716	0,35%	80.809	0,45%
Esportes, recreação e lazer	191.648	0,89%	157.623	0,89%
Serviços	814.918	3,80%	618.229	3,49%
<b>Setor Público</b>	<b>1.299.386</b>	<b>6,06%</b>	<b>951.453</b>	<b>5,37%</b>
<b>Total da carteira</b>	<b>21.444.530</b>	<b>100%</b>	<b>17.733.229</b>	<b>100%</b>

## 6.4 Concentração por cliente

	2024	%	2023	%
Maior cliente	321.904	1,50%	276.670	1,56%
10 seguintes maiores clientes	2.321.063	10,82%	1.830.707	10,32%
20 seguintes maiores clientes	2.459.988	11,47%	2.083.690	11,75%
50 seguintes maiores clientes	3.297.209	15,38%	2.617.627	14,76%
100 seguintes maiores clientes	2.861.444	13,34%	2.421.293	13,65%
Demais clientes	10.182.922	47,49%	8.503.242	47,96%
<b>Total da carteira</b>	<b>21.444.530</b>	<b>100%</b>	<b>17.733.229</b>	<b>100%</b>

## 6.5 Perdas esperadas sobre carteira de crédito

### 6.5.1 Composição por estágio das perdas esperadas sobre carteira de crédito

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Empréstimos	75.056	28.357	512	19.358	1.147	32.670	76.715	80.385
Financiamentos	184.993	83.609	6	97.268	278	109.659	185.277	290.536
Financiamentos rurais	201.590	24.784	213	20.082	9.778	4.291	211.581	49.157
Repasses interfinanceiros	-	2.116	-	-	6	-	6	2.116
Outros	166	491	-	3.859	-	2.597	166	6.947
<b>Total</b>	<b>461.805</b>	<b>139.357</b>	<b>731</b>	<b>140.567</b>	<b>11.209</b>	<b>149.217</b>	<b>473.745</b>	<b>429.141</b>

### 6.5.2 Movimentação das perdas esperadas

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>139.357</b>	<b>140.567</b>	<b>149.217</b>	<b>429.141</b>
Constituição / (reversão) líquida	301.361	(85.941)	(121.014)	94.406
Transferência entre estágios	21.448	(35.505)	(192)	(14.249)
Baixa por desreconhecimento	(361)	(18.390)	(16.802)	(35.553)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>461.805</b>	<b>731</b>	<b>11.209</b>	<b>473.745</b>

## 6.6 Créditos renegociados e recuperados

	2024	2023
<b>Montante renegociado no exercício</b>	<b>432.578</b>	<b>343.602</b>
<b>Montante recuperado:</b>	<b>227.550</b>	<b>157.696</b>
- Por renegociação	190.990	95.484
- Por recebimento	36.560	62.212

## 7. ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS A VALOR JUSTO “VJR” e “VJORA”

	Nível 1		Nível 2		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Ao valor justo por meio do resultado (VJR)</b>	<b>938.406</b>	<b>889.700</b>	<b>930.595</b>	<b>892.980</b>	<b>1.869.001</b>	<b>1.782.680</b>
Títulos públicos (1)	938.101	889.700	-	-	938.101	889.700
Cotas em fundo de renda fixa (2)	-	-	886.346	854.246	886.346	854.246
Cotas em fundo de investimento (3)	-	-	44.249	38.734	44.249	38.734
Derivativos (4)	305	-	-	-	305	-
<b>Ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	<b>-</b>	<b>1.755</b>	<b>45</b>	<b>-</b>	<b>45</b>	<b>1.755</b>
Mercados futuros	-	-	45	-	45	-
Ações de companhia aberta	-	1.755	-	-	-	1.755
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b>938.406</b>	<b>891.455</b>	<b>930.640</b>	<b>892.980</b>	<b>1.869.046</b>	<b>1.784.435</b>

(1) Desse montante, R\$ 10.159 (2023 – R\$ 9.275) está vinculado como garantia em processos judiciais e R\$ 200.703, por regulamentação específica, estão vinculados ao Banco Central do Brasil pois serão utilizados para futuro aumento de capital.

(2) Desse montante R\$ 290.677 (2023 – R\$ 391.887) são recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, sendo o BRDE o gestor do fundo.

(3) São aplicações em fundos de investimentos administrados por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço:

Fundo	Administrador	2024	2023
Fundo Garantidos de Investimento – FGI	BNDES	3.183	3.116
Fundo de Investimento em Participações CRIATEC III	Lions Trust Adm de Recursos Ltda	13.303	13.539
FIP BRL1558 – Anjo Capital Semente	BRI Trust Investimentos Ltda	10.215	9.241
TM3 Capital VC4 Fundo Invest. Partic. Multiestratégia	Lions Trust Adm de Recursos Ltda	17.408	12.777
Criatec 4 ASG – Fundo Invest Partic Capital Semente	Banco Genial S.A.	140	61
<b>Total</b>		<b>44.249</b>	<b>38.734</b>

(4) Para os empréstimos contraídos junto com instituições financeiras do exterior, e que não foram internalizados em moeda nacional, o BRDE contratou *swap* como medida de proteção, apresentando os seguintes saldos:

	Valor do contrato		Valor justo a receber / (a pagar)	
	2024	2023	2024	2023
Derivativos mantidos como hedge	7.958	15.153	(467)	(4.485)

Os valores de curva e de mercado do objeto e do instrumento de hedge são:

	2024			2023
	Valor da curva	Ajuste de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	7.963	(5)	7.958	15.153
Instrumento	339	128	467	4.485

O BRDE realiza testes de efetividade no início da operação, teste prospectivo inicial da estrutura de hedge, avalia periodicamente a efetividade por ocasião dos encerramentos contábeis na periodicidade mensal e em virtude da elaboração das demonstrações financeiras. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de hedge e o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva. Assim, em atendimento ao exigido pelo Banco Central do Brasil, no que tange aos resultados e métodos adotados.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado <sup>(1)</sup>	Data inicial	Data final	Indexador
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

## 8. OUTROS ATIVOS

	2024	2023
Devedores por depósitos em garantia	72.296	69.233
Comissões a receber	13.287	8.344
Despesas pagas antecipadamente	7.563	10.664
Créditos a receber do Tesouro Nacional	12	2.489
Direito de uso com arrendamento (nota 11)	31.373	21.920
Ativo Atuarial - Benefício pós emprego (nota 23.2)	24.283	-
Outros ativos	14.872	5.586
Ativos não financeiros mantidos para venda	48.317	38.326
(-) Provisão perdas sobre ativos não financeiros	(29.128)	(19.998)
<b>Total</b>	<b>182.875</b>	<b>136.564</b>

## 9. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos tangíveis dizem respeito o imobilizado para uso próprio.

Os ativos intangíveis são compostos por softwares adquiridos ou desenvolvidos pelo BRDE.

	Ativo tangível					Intangível
	Imóveis	Móveis e Equipamentos	Veículos	Outros	Total	Softwares
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>42.283</b>	<b>7.499</b>	<b>494</b>	<b>938</b>	<b>51.214</b>	<b>9.505</b>
Aquisições	100	1.696	-	85	1.881	1.934
Baixas	-	(366)	(721)	(331)	(1.418)	-
Depreciação/Amortização	(1.379)	(2.319)	424	-	(3.274)	(3.819)
<b>Saldo em 31/12/ 2024</b>	<b>41.004</b>	<b>6.510</b>	<b>197</b>	<b>692</b>	<b>48.403</b>	<b>7.620</b>
Custo aquisição acumulado	65.439	28.049	770	700	94.958	53.293
Depreciação/Amort. acumulada	(24.435)	(21.539)	(573)	(8)	(46.555)	(45.673)

## 10. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	2024	2023
<b>Depósitos e captações</b>	<b>796.585</b>	<b>78.314</b>
Depósitos a prazo	111.117	78.314
Letras de crédito do agronegócio – LCA	375.914	-
Letras de crédito do desenvolvimento – LCD	268.560	-
Letras financeiras – LF	40.994	-
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>18.630.885</b>	<b>15.482.370</b>
Empréstimos e repasses do exterior – instituições financeiras	3.185.904	1.913.949
Repasses do país – instituições oficiais – BNDES	10.256.398	9.402.955
Repasses do país – instituições oficiais - FINAME	2.056.339	1.936.060
Repasses do país – instituições oficiais – FINEP	1.351.442	699.260
Repasses do país – instituições oficiais – BB	363.629	292.046
Repasses do país – instituições oficiais – CEF	694.477	595.376
Repasses do país – instituições oficiais – FUNGETUR	660.718	584.922
Repasses do país – instituições oficiais – Outras	61.978	57.802
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>366.921</b>	<b>498.203</b>
Fundo Setorial do Audiovisual – FSA (1)	294.206	391.112
Valores de mutuários a regularizar (2)	9.267	3.657
Recursos do FUNGETUR (3)	63.448	103.434
<b>Total</b>	<b>19.794.391</b>	<b>16.058.887</b>

(1) São recursos destinados a cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Valores recebidos de clientes em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

(3) Corresponde a recursos disponibilizados pelos Ministério do Turismo, destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim.

## 11. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

O BRDE é arrendatário, predominantemente, de imóveis de uso em algumas das suas operações, que incluem opções de renovação e eventuais cláusulas de reajuste. Durante o período findo em 31/12/2024, a saída de caixa com arrendamentos perfaz a soma de R\$ 4.130 (2023 – R\$ 2.968).

O BRDE, no âmbito do IFRS 16, para a mensuração do passivo de arrendamento o total de pagamentos futuros de aluguéis, ajustados a valor presente, sendo que o montante reconhecido no Balanço Patrimonial está apresentado abaixo:

	2024	2023
Até 1 ano	3.904	2.806
De 1 a 5 anos	22.399	15.638
Mais de 5 anos	5.070	3.476
<b>Total</b>	<b>31.373</b>	<b>21.920</b>

Valores de arrendamento reconhecidos na demonstração do resultado:

	2024	2023
Despesas de depreciação	3.904	2.806
Despesas de juros	226	163
<b>Total</b>	<b>4.130</b>	<b>2.969</b>

## 12. PROVISÕES

	2024	2023
Provisão para fiscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 13)	112.092	100.426
Provisão para avais e fianças bancárias (1)	4.819	1.395
Provisão com despesas de pessoal	32.810	29.660
<b>Total</b>	<b>149.721</b>	<b>131.481</b>

(1) Calculada através do modelo de mensuração de provisão (*impairment*) baseado nos conceitos de “perda incorrida” sobre a carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade carta de fiança no montante de R\$ 207.823 (2023 – R\$ 194.619) que estão assegurados por garantias reais (hipotecas, alienação fiduciária de imóveis, entre outros).

## 13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	31/12/2023	Constituição	Atualização	Reversão	Pagamento	31/12/2024
Trabalhistas	30.275	23.147	1.878	(13.565)	(5.106)	36.629
Cíveis	70.151	2.282	4.795	(838)	(927)	75.463
<b>Total</b>	<b>100.426</b>	<b>25.429</b>	<b>6.673</b>	<b>(14.403)</b>	<b>(6.033)</b>	<b>112.092</b>

De acordo com a nota 3.8 o montante de provisão trabalhista refere-se a ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 26.201 (2023 - R\$ 117.790), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- R\$ 60.596 referem-se a honorários de sucumbência;
- R\$ 5.498 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- R\$ 9.368 referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 66.373.

Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 26.201.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor, em 31/12/2024, é de R\$ 31.277 (2023 – R\$ 29.528).

## 14. IMPOSTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas a seguir informadas considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente para cada encargo.

<b>Tributo</b>	<b>Alíquota</b>
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido	20,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

### 14.1 Imposto de renda e contribuição social

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Impostos correntes sobre a renda reconhecidos no resultado</b>	<b>214.072</b>	<b>231.660</b>
Imposto de renda	116.510	125.867
Contribuição social sobre o lucro líquido	97.562	105.793
<b>Impostos diferidos reconhecidos no resultado</b>	<b>(39.193)</b>	<b>37.078</b>
Imposto de renda	(48.192)	20.735
Contribuição social sobre o lucro líquido	8.999	16.343
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>174.879</b>	<b>268.738</b>



## 14.2 Impostos diferidos

O Banco possui créditos e obrigações tributárias de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes diferenças temporárias, que são realizadas quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas:

<b>CRÉDITOS</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>31/12/2024</b>
Impairment de instrumentos financeiros	190.809	157.176	(134.265)	213.720
Passivos contingentes	45.192	12.274	(7.024)	50.442
Provisão para assistência médica	100.277	48.065	(9.537)	138.805
Créditos baixados para prejuízo	48.145	74.943	(17.044)	106.044
Outros	11.752	2.867	(10.058)	4.561
<b>Total – ativo diferido</b>	<b>396.175</b>	<b>295.325</b>	<b>(177.928)</b>	<b>513.572</b>
<b>OBRIGAÇÕES</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>31/12/2024</b>
Recuperação judicial deferimento	3.005	1.061	(4.066)	-
Renegociações tributadas por caixa	44.319	84.872	(7.539)	121.652
Atualização depósitos judiciais	21.526	1.937	-	23.463
Ativo atuarial PB I	-	10.927	-	10.927
<b>Total – passivo diferido</b>	<b>68.850</b>	<b>98.797</b>	<b>(11.605)</b>	<b>156.042</b>

A expectativa de realização dos créditos e obrigações diferidas em 31 de dezembro é:

<b>Tempo de realização</b>	<b>Créditos</b>		<b>Obrigações</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
1º ano	145.752	98.198	7.904	6.307
2º ano	81.743	56.239	32.132	28.968
3º ano	33.474	40.391	11.007	5.262
4º ano	28.062	36.643	9.828	5.292
5º ano	27.331	22.764	7.469	8.341
6º ao 10º ano	151.121	60.152	30.074	2.955
Acima do 10º ano	46.089	81.788	57.629	11.725
<b>Total – ativo diferido</b>	<b>513.572</b>	<b>396.175</b>	<b>156.043</b>	<b>68.850</b>

## 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Participação nos lucros e resultados a pagar	13.659	11.993
Juros sobre o capital próprio	288.704	278.817
Dotação para aumento de capital	200.000	-
Fundo Impulsiona Sul	112.641	-
Honras de fundos garantidores	21.862	21.336
Fornecedores de bens e serviços	2.678	4.586

Impostos e contribuições de terceiros a recolher	11.324	10.861
PIS / COFINS / ISS a recolher	6.362	5.407
Benefícios pós emprego (nota 23)	194.123	234.705
Obrigações de arrendamento (nota 11)	31.373	21.920
Outras	6.045	4.618
<b>Total</b>	<b>888.771</b>	<b>594.243</b>

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 2.487.333.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente. Nesse exercício houve aumento de capital nos valores de R\$ 261.792, sendo R\$ 153.349 oriundos dos juros sobre o capital próprio de 2023 e R\$ 108.443 da capitalização de parte do resultado do 2º semestre de 2023 (R\$ 10.051) e 1º semestre de 2024 (R\$ 98.391).

### b. Reservas de lucro

As reservas de lucros do BRDE são formadas pelo montante histórico oriundo da acumulação dos resultados gerados pelo Banco, descontadas as parcelas que são objeto de capitalização ou de distribuição aos controladores na forma de Juros sobre o Capital Próprio.

### c. Juros sobre capital próprio

Conforme previsto pela Lei Federal nº 9.249/95, o BRDE apurou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no exercício de 2024 no montante de R\$ 288.704 (2023 – R\$ 278.817), mediante a aplicação da TJLP acumulada sobre a posição patrimonial dos Estados controladores, excluídos os efeitos de outros resultados abrangentes. A apuração de JCP foi aprovada em 18 de dezembro de 2024 pelo Conselho de Administração.

## 17. RESULTADO COM JUROS E SIMILARES

	2024	2023
<b>Receita com juros e similares</b>	<b>2.763.055</b>	<b>2.151.301</b>
<b>Receita com operações de crédito</b>	<b>2.392.463</b>	<b>1.740.583</b>
Empréstimos	332.055	100.886
Financiamentos	1.230.356	988.189
Financiamentos rurais	817.495	632.658
Repasse interfinanceiros	12.557	18.850
<b>Receita com outros ativos financeiros</b>	<b>370.592</b>	<b>410.718</b>
Títulos e valores mobiliários e inst. financeiros derivativos	322.851	339.075
Recebimento de créditos classificados como prejuízo	36.560	62.212
Outros ativos	11.181	9.431

<b>Despesa com juros e similares</b>	<b>(1.593.460)</b>	<b>(982.438)</b>
<b>Despesa com empréstimos e repasses</b>	<b>(1.526.404)</b>	<b>(952.532)</b>
Empréstimos e repasses do exterior	(586.953)	(87.357)
BNDES	(597.716)	(566.724)
FINAME	(189.501)	(168.667)
CEF	(46.606)	(47.737)
Outros repassadores	(105.628)	(82.047)
<b>Despesa com outros passivos financeiros</b>	<b>(67.056)</b>	<b>(29.906)</b>
Depósitos e captações	(34.909)	(4.046)
Títulos e valores mobiliários e inst. financeiros derivativos	(32.147)	(25.860)
<b>RESULTADO COM JUROS E SIMILARES</b>	<b>1.169.595</b>	<b>1.168.863</b>

## 18. RESULTADO COM TARIFAS E COMISSÕES

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Receita com tarifas e comissões</b>	<b>67.205</b>	<b>50.115</b>
Comissão administração do FSA	9.825	6.883
Comissão sobre aval ou fiança prestado	4.884	3.994
Tarifa de análise	19.963	17.382
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	14.719	13.565
Outras tarifas e serviços	17.814	8.291
<b>Despesa com tarifas e comissões</b>	<b>(15.488)</b>	<b>(24.700)</b>
Tarifas bancárias	(2.286)	(2.206)
Taxa administração fundo BB	(1.971)	(1.890)
Comissão saldo FUNGETUR	(10.717)	(14.763)
Comissão sobre empréstimos e repasses do exterior	-	(4.197)
Outras comissões	(514)	(1.644)
<b>RESULTADO COM TARIFAS E COMISSÕES</b>	<b>51.717</b>	<b>13.250</b>

## 19. DESPESAS COM PESSOAL

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Honorários diretores e conselheiros	7.353	6.804
Benefícios	44.077	37.490
Encargos sociais	73.097	65.663
Proventos	154.006	135.407
Treinamento e seleção	945	555
Estagiários	3.333	3.162
<b>Total</b>	<b>282.811</b>	<b>249.081</b>

## 20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Aluguel, condomínio, água e luz	3.754	3.617
Comunicações	1.643	1.602
Manutenção e conservação de bens	4.728	4.237
Processamento de dados	24.645	19.831
Promoções e relações públicas	5.010	4.810
Publicidade e propaganda	6.834	4.623
Serviços de terceiros	5.827	3.596
Serviços técnicos especializados	12.409	6.645
Vigilância e segurança	1.330	1.239
Transportes e viagem	9.159	6.942
Emolumentos judiciais e cartorários	1.559	1.526
Despesas estatutárias	7.431	5.549
Incentivos fiscais	5.521	6.060
Outras despesas administrativas	5.125	4.521
<b>Total</b>	<b>94.975</b>	<b>74.798</b>

## 21. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2024	2023
PIS	8.017	7.541
COFINS	49.334	46.403
ISS	3.242	2.427
Outros tributos	1.462	4.213
<b>Total</b>	<b>62.055</b>	<b>60.584</b>

## 22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2024	2023
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>25.987</b>	<b>8.680</b>
Venda carteira baixada em prejuízo <sup>(1)</sup>	15.993	-
Atualização de depósitos judiciais	4.885	5.045
Outras receitas operacionais	5.109	3.635
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(27.393)</b>	<b>(38.052)</b>
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	(22.069)	(25.451)
Baixa de ativo a receber <sup>(2)</sup>	-	(10.242)
Outras despesas operacionais	(5.324)	(2.359)
<b>Total outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(1.406)</b>	<b>(29.372)</b>

(1) Trata-se de cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas.

(2) relativo a valores recebidos a título de equalização de juros de operações de crédito.

## **23. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2024.

### **23.1 Característica dos planos de benefícios**

#### **23.1.1 – Planos de benefícios de previdência**

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade já preencheram, em sua maioria, os requisitos necessários para elegibilidade ao início de aposentadoria pelo Plano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados em Reserva de Contingência e o excedente do limite estabelecido pela legislação, em Reserva Especial. Conforme decisão do Conselho Deliberativo do ISBRE, foi aprovado o processo de destinação de Reserva Especial do PB-I na posição de 31.12.2024, em concordância com regras locais emitidas pelo CNPC e Previc.

Em 31/12/2024, o Banco figura como patrocinador de 44 participantes ativos (31/12/2023 - 48), 378 aposentados (31/12/2023 - 382) e 104 pensionistas (31/12/2023 - 104).

Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2024, o Banco figura como patrocinador de 406 participantes ativos (31/12/2023 - 367), 6 aposentados (31/12/2023 - 6) e 15 pensionistas (31/12/2023 - 16).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de Asset and Liability Management – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios

### **23.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS**

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 31/12/2024, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 807 (31/12/2023 - 828).

## 23.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

### 23.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	31/12/2024			31/12/2023		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Valor presente das obrigações atuariais	773.474	25.651	194.123	904.980	31.349	234.705
Valor justo dos ativos do plano	(1.093.188)	(34.107)	-	(1.153.492)	(31.724)	-
<b>Déficit (superávit) apurado</b>	<b>(319.714)</b>	<b>(8.456)</b>	<b>194.123</b>	<b>(248.512)</b>	<b>(375)</b>	<b>234.705</b>
Efeito no teto do ativo	295.431	8.456	-	248.512	375	-
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido</b>	<b>(24.283)</b>	<b>-</b>	<b>194.123</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>234.705</b>

O Conselho Deliberativo do ISBRE, aprovou, em dezembro de 2024, o processo de destinação de Reserva Especial do PB-I, apurado conforme regras locais emitidas pelo CNPC e Previc, cujo montante será destinado em favor dos patrocinadores do plano de benefícios, na proporção contributiva de 50%.

O Teto do Ativo é definido pela CPC 33(R1) como “o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituição provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano”. Dessa forma, considerando o processo de distribuição de superávit do plano PB-I, entende-se que o valor alocado para benefício dos patrocinadores representa efetivamente um benefício econômico para o BRDE. Considerando que a proporção da obrigação do BRDE em relação à obrigação total do plano, de 97,13%, estimou-se o valor presente do benefício econômico em R\$ 24.283.

A aplicação deste critério objetivou estimar o valor presente de benefícios econômicos disponíveis para a empresa na forma de reduções nas contribuições futuras para o plano, conforme definição do CPC 33 (R1), tendo resultado em um Teto do Ativo de R\$ 24.283.

### 23.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	31/12/2024			31/12/2023		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Obrigações atuariais no início do período	904.980	31.349	234.705	863.959	27.519	258.695
Custo do serviço corrente líquido	24	1.167	130	37	1.067	399
Contribuições de participantes realizadas no período	777	-	-	898	-	-
Despesa de juros	83.455	2.902	21.954	91.188	3.128	29.089
Benefícios pagos no período	(81.120)	(1.483)	(12.034)	(79.161)	(1.165)	(17.358)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	716	1.428	486	-	-	-
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	(139.905)	(9.499)	(43.285)	52.340	3.143	27.038
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência <sup>(1)</sup>	4.547	(213)	(7.833)	(24.281)	(2.343)	(63.158)
<b>Obrigações atuariais no fim do período</b>	<b>773.474</b>	<b>25.651</b>	<b>194.123</b>	<b>904.980</b>	<b>31.349</b>	<b>234.705</b>

(1) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, ao aprimoramento na técnica de mensuração dos custos médicos históricos.

### 23.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	31/12/2024		31/12/2023	
	PB I	PB II	PB I	PB II
Valor justo dos ativos no início do período	(1.153.492)	(31.724)	(1.096.242)	(27.412)
Benefícios pagos no período	81.120	1.483	79.161	1.165
Contribuições de participante realizadas no período	(777)	-	(898)	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(9.934)	(2.453)	(9.787)	(2.150)
Receita de juros	(112.324)	(3.324)	(115.955)	(3.132)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	102.219	1.911	(9.771)	(195)
<b>Valor justo dos ativos no fim do período</b>	<b>(1.093.188)</b>	<b>(34.107)</b>	<b>(1.153.492)</b>	<b>(31.724)</b>

### 23.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I		PB II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Efeito do teto de ativo no início do período	248.512	232.283	375	-
Despesa de juros	28.415	24.302	316	-
Mudanças no efeito do teto do ativo	18.504	(8.073)	7.765	375
<b>Efeito no teto de ativo no fim do período</b>	<b>295.431</b>	<b>248.512</b>	<b>8.456</b>	<b>375</b>

### 23.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	31/12/2024			31/12/2023		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período</b>	-	-	<b>234.705</b>	-	<b>107</b>	<b>258.695</b>
Custo do serviço corrente líquido	24	1.167	130	37	1.067	399
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	83.455	2.902	21.954	91.188	3.128	29.089
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	28.415	316	-	24.302	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(112.324)	(3.324)	-	(115.955)	(3.132)	-
<b>Despesa (receita) reconhecida no resultado</b>	<b>(430)</b>	<b>1.061</b>	<b>22.084</b>	<b>(428)</b>	<b>1.063</b>	<b>29.488</b>
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	(134.642)	(8.284)	(50.632)	28.059	800	(36.120)
Mudanças no efeito do teto do ativo	18.504	7.765	-	(8.073)	375	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	102.219	1.911	-	(9.771)	(195)	-
<b>Remensurações em outros resultados abrangentes</b>	<b>(13.919)</b>	<b>1.392</b>	<b>(50.632)</b>	<b>10.215</b>	<b>980</b>	<b>(36.120)</b>
Contribuições do Banco no período	(9.934)	(2.453)	(12.034)	(9.787)	(2.150)	(17.358)
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período</b>	<b>(24.283)</b>	-	<b>194.123</b>	-	-	<b>234.705</b>



### 23.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
Renda fixa	78,87%	81,74%	73,80%	73,53%
Renda variável	4,05%	4,29%	4,50%	7,78%
Imobiliário	0,67%	0,64%	0,11%	0,12%
Estruturado	10,07%	9,27%	13,20%	13,42%
Carteira de empréstimos	0,49%	0,43%	2,22%	1,70%
Outros	5,85%	3,63%	6,17%	3,44%

### 23.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 7,62 anos para o PB I, 17,93 anos para o PB II e 10,87 anos para o PAS.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto atuarial (real)	7,65%	5,34%	7,44%	5,47%	7,38%	5,44%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,65%	5,34%	7,44%	5,47%	7,38%	5,44%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,74%	3,70%	*	*	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	4,10%	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	98,20%	100%	100%	100%	100%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	98,20%	100%	100%	100%	100%
Inflação esperada	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%
Taxa de desconto nominal	12,99%	9,45%	12,77%	9,58%	12,71%	9,55%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	12,99%	9,45%	12,77%	9,58%	12,71%	9,55%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,84%	7,74%	*	*	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%
Mortalidade geral	AT 2012 segregada por sexo					
Mortalidade dos inválidos	31/12/2024: AT 49, segregada por sexo 31/12/2023: MI 85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade		100% na elegibilidade ao benefício programado		60 anos	
Composição familiar	Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro				Família efetiva (conforme informações cadastrais)	
<i>Aging fator</i>	N/A	N/A	N/A	N/A	Até 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% 80 anos ou mais: 2,5%	
<i>Take up</i>	N/A	N/A	N/A	N/A	100%	100%

\* conforme progressão salarial projetada individualmente, considerando o plano de caros e salários do BRDE

### 23.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(25.118)	(1.899)	(8.999)	(3,2%)	(7,4%)	(4,6%)
	redução de 0,5 p.p	26.734	2.140	9.749	3,5%	8,3%	5,0%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	18.104	(233)	8.951	2,3%	(0,9%)	4,6%
	redução de 1 ano	(18.560)	256	(8.890)	(2,4%)	1,0%	(4,6%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	10.183	-	-	5,2%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(9.462)	-	-	(4,9%)

### 23.6 Fluxos de caixa futuros

#### 23.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado
	12-2024	12-2025	12-2024	12-2025	12-2024	12-2025
Contribuições do empregado	9.934	9.252	2.453	2.359	12.034	14.572
Contribuições do participante	777	27	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	81.120	84.181	1.483	1.460	12.034	14.572

#### 23.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
Próximos 5 anos	417	9	64
Entre 6 e 10 aos	360	12	51
Após 10 anos	677	109	80

## 24. PARTES RELACIONADAS

### a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Locação de salas	(895)	(863)
Ressarcimento de salários	1.270	1.230
Contribuição patronal	(19.689)	(18.400)
<b>Total</b>	<b>(19.314)</b>	<b>(18.033)</b>

### **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>9.764</b>	<b>8.645</b>
Diretoria	9.018	7.895
Conselho de Administração	367	340
Conselho Fiscal	213	205
Comitê de Auditoria	166	205
<b>Benefícios de rescisão de contrato de trabalho</b>	<b>489</b>	<b>927</b>
<b>Total</b>	<b>10.253</b>	<b>9.572</b>

### **c) Agência de Fomento do Paraná S/A – FOMENTO PR**

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 31/12/2024 é de R\$ 1.923 (31/12/2023 – R\$ 4.491).

## **25. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

### **25.1 Risco operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

## 25.2 Risco de crédito

A estrutura de avaliação de risco do BRDE está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde as agências até a esfera diretiva e seu Comitê de risco e de Crédito na Direção Geral.

A análise individualizada do cliente e do seu negócio de atuação realizada periodicamente, aliada às perspectivas comerciais e econômicas, bem como a parametrização sistêmica das regras para concessão de crédito, fortalece a sistemática de avaliação de risco do crédito do BRDE.

O BRDE administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas – particularmente em relação aos clientes e grupos individuais e quanto ao ramo de atividade. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupo de devedores e a segmentos da economia. Esses riscos são monitorados e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos/financiamentos, efetivos e potenciais, considerando o efetivo pagamento das parcelas dos contratos.

Como forma de proteger o crédito concedido, o BRDE tem como principal estratégia a vinculação de garantias reais aos contratos de crédito sendo, preferencialmente, compostas por alienação fiduciária de imóveis cujo valor de avaliação de mercado seja, no mínimo, 110% do valor total do crédito concedido.

A natureza e valor da garantia real são considerados na classificação de risco da operação de crédito, com conseqüente impacto na estimativa de probabilidade de inadimplência. O BRDE não deixa de reconhecer provisão sobre suas operações em decorrência da existência de garantias.

### 25.2.1 Política de *impairment*

O BRDE avalia em cada data-base de suas demonstrações financeiras consolidadas a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros esteja deteriorado com base no sistema interno de classificação de risco. A política de classificação de risco de crédito define os critérios para alocação dos ativos financeiros nos estágios considerando os indicativos de aumento do risco.

As probabilidades e expectativas de perdas foram estimadas agrupando as operações de créditos a partir do emitente do instrumento de crédito, pessoa física ou pessoa jurídica, e calculadas considerando a PD (Probability of Default) para 12 meses e para todo prazo do instrumento (Lifetime), conforme o estágio do ativo financeiro.

Adicionalmente são utilizadas informações macroeconômicas e projeções sobre condições financeiras futuras a fim de calcular o ajuste forward-looking.

## 25.3 Risco de mercado

O Banco monitora o risco de mercado através da utilização da metodologia do Valor em Risco (VaR), que busca simular e determinar os níveis máximos de perda esperada, em um determinado período de tempo, com um certo grau de confiabilidade, tanto em condições normais de mercado quanto em cenários de estresse e volatilidade.

O gestor do Fundo utiliza o VaR para estimar as perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Para os títulos e valores mobiliários, o nível de confiança para o cálculo do VaR não paramétrico é de 95%, estimada a partir da série de choques dos últimos 150 d.u..

Para a data-base de 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido do Fundo era de R\$ 2.657 (R\$ 2.107 em 31 de dezembro de 2023), e o VaR foi de -0,0564% (-0,0303% em 2023).

Relatórios de acompanhamento de mercado, bem como outros procedimentos operacionais, permitem o acompanhamento, a prevenção e a correção de possíveis desequilíbrios, garantindo a solidez do Banco, mitigado por possuir parcela significativa de sua carteira de empréstimos e recebíveis com prazos e taxas atrelados a captações por repasses.

#### 25.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez relaciona-se à incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações.

O Banco mantém os seus compromissos de operações de crédito, tanto no ativo como no passivo, no mesmo prazo de pagamento e recebimento, o que evita descasamentos e permite o controle do risco de liquidez e do risco de mercado de forma conjunta, observando as projeções para o fluxo de caixa, bem como possíveis alterações em sua estrutura, aquelas resultantes de variações no cenário macroeconômico, que possam afetar a alocação e a captação no âmbito do mercado.

O BRDE mantém em sua carteira de títulos e valores mobiliários posições substanciais em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais como forma de reduzir o risco de liquidez. Estes ativos apresentam grande volume de negociação no mercado.

### 26. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital está definido nos normativos internos como o processo contínuo de: (a) Monitoramento e controle do capital mantido pelo BRDE; (b) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e (c) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do BRDE.

O patrimônio de referência corresponde à medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais do Banco. Pelas normas vigentes, considerando os GAAPs locais, os limites de capital no exercício findo apresentaram os seguintes valores:

	2024	2023
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>4.463.994</b>	<b>4.091.817</b>
<b>Total de ativos ponderados por risco (RWA)</b>	<b>25.488.200</b>	<b>19.274.061</b>
Risco de Crédito - RWACPAD	20.219.904	17.679.403
Risco de Mercado - RWAMPAD	3.402.777	129.625
Risco Operacional - RWAOPAD	1.865.520	1.465.033
<b>Índice de Basileia</b>	<b>17,51</b>	<b>21,23</b>

## 27. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a. Enchentes no RS

Os eventos climáticos de grande porte que afetaram o estado do Rio Grande do Sul entre os meses de abril e maio de 2024 ocasionaram inúmeras perdas de vidas, danos a propriedades em geral e transtornos de infraestrutura, dentre outras importantes consequências que afetaram a sociedade gaúcha de forma geral. Relativo ao funcionamento do BRDE e as suas condições de funcionamento e estrutura própria, o BRDE se manteve em condições plenas.

No que tange as suas operações, O BRDE oportunizou a suspensão de pagamentos das operações de crédito daqueles clientes atingidos pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul. A medida contemplou as suas principais fontes de recursos, conforme a seguir:

- Recursos Próprios: 6 ou 12 meses conforme o decreto de situação de emergência ou calamidade pública, respectivamente;
- Recursos Sistema BNDES: até 12 meses;
- Recursos FINEP: de 2 a 12 meses conforme prazo remanescente do contrato;
- Recursos FUNGETUR: 6 meses.

O saldo em dezembro de 2024 das operações que aderiram às suspensões de pagamento está demonstrado abaixo:

Fonte de recurso	Carteira Renegociadas	Percentual da carteira	Número de Contratos
<b>BNDES</b>	690.595.812,50	5,59%	114
<b>BRDE</b>	368.124.310,89	11,51%	103
<b>FINEP</b>	99.123.045,60	7,32%	36
<b>FUNGETUR</b>	139.889.088,30	21,34%	26
<b>Outras</b>	44.742.268,59	1,09%	1
<b>Total</b>	<b>1.342.474.525,88</b>	<b>6,20%</b>	<b>280</b>

Quanto a eventuais efeitos patrimoniais e de resultado nas demonstrações financeiras do BRDE, relativo à data base 31 de dezembro de 2024, também não foram identificados impactos representativos.

### b. Ataque cibernético

Em 22 de junho de 2024, o BRDE identificou um ataque cibernético criminoso no seu ambiente de tecnologia (*Ransomware*), que ocasionou a restrição temporária de acessos aos sistemas e canais de digitais de atendimento da instituição.

Após o diagnóstico efetuado, o BRDE procurou atuar de forma prudencial no sentido de mitigar os efeitos associados e, com o suporte de empresa especializada contratada, realizou oportunamente um processo de investigação, avaliação das circunstâncias e apuração da extensão do incidente, vindo a concluir que não houve exposição nem consequências que possam ter impactado as demonstrações financeiras do BRDE para o semestre findo em 30 de junho de 2024, e da mesma forma se aplica para as demonstrações financeiras do exercício de 2024.

Adicionalmente, ressalta-se que conforme relatado para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, não foram identificadas evidências de vazamento de informações, com a manutenção da integridade do ambiente sistêmico do BRDE.

### **c. Eventos Subsequentes**

Consoante ao IAS 10, que trata sobre eventos ocorridos entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das mesmas. Relativo a tal, informamos a inexistência de eventos subsequentes passíveis de contabilização.

Contudo, naquilo que se refere a evento subsequente que não origina ajustes, cumpre-nos a reportar quanto a publicação da Resolução CODESUL nº 1.415/2024 no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul em 30 de janeiro de 2025, que autorizou o aumento de capital social do BRDE na soma de R\$ 125.467, através do uso de valores do Fundo Impulsiona Sul e de saldos existentes em reserva de lucros.

A partir deste ato societário, o BRDE iniciou os procedimentos de autorização junto ao Banco Central do Brasil, o que estimamos estarem concluídos ao longo do primeiro semestre de 2025, gerando impacto no Patrimônio Líquido do Banco em R\$ 41.822.

Por fim, o BRDE compreende que o evento acima é indicador de condição que surgiu após o período contábil a que se referem as demonstrações, não havendo necessidade de ajustes patrimoniais ou de resultado.



## **DIRETORIA**

Diretor-Presidente  
**RANOLFO VIEIRA JUNIOR**

Diretor Vice-Presidente e Diretor de Operações  
**RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR**

Diretor de Planejamento  
**LEONARDO MARANHÃO BUSATTO**

Diretor de Acompanhamento e Recuperação  
de Créditos  
**MAURO MARIANI**

Diretor Financeiro  
**JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING**

Diretor Administrativo  
**HERALDO ALVES DAS NEVES**

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente  
**RANOLFO VIEIRA JUNIOR**

Conselheiros  
**WAGNER CARLOS AICHNER**  
**LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA**  
**IVAN CESAR RANZOLIN**  
**LEANDRO RIBEIRO MACIEL**  
**FRANCISCO SÉRGIO TURRA**  
**LUÍS CARLOS PRANDINI**

**FABIANO MEASSI**  
Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6



Shape the future  
with confidence

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06  
Conjunto A - Bloco A  
1º andar - sala 105  
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos

Controladores e aos Diretores do

**Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE**

Porto Alegre - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Shape the future  
with confidence

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

### Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de créditos (impairment)

Conforme apresentado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro, de 2024, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito totaliza R\$ 474.796 mil, constituída sobre diversos portfólios de crédito os quais são revisados pela diretoria, periodicamente, no que tange a estimativa de perdas esperadas dessas operações (*impairment*), em conformidade com o pronunciamento “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros” (IFRS 9). A estimativa envolve julgamento da diretoria na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia que identifique as perdas esperadas nas operações em curso, categorizadas em diferentes estágios, utilizando-se de premissas e julgamentos os quais incluem, entre outros, as análises sobre o ambiente econômico dos mercados onde os tomadores de crédito estejam inseridos, o histórico de pagamentos dos tomadores de crédito em operações similares contratadas, incluindo renegociações e avaliações de garantias aceitas nas operações.

Dada a relevância dos saldos de operações sujeitas ao risco de crédito, assim como grau de subjetividade e julgamento empregados pela diretoria para a determinação da perda esperada associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, bem como os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.



**Shape the future  
with confidence**

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Avaliamos o desenho e o funcionamento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito, bem como aqueles relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela diretoria, em consonância com as políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos pelo Banco para atendimento aos requisitos do IFRS 9. Com o apoio de nossos especialistas para fins de validação dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito, procedemos a avaliação da aplicação das metodologias estabelecidas, premissas e demais informações determinadas pela diretoria e da categorização nos respectivos estágios de risco, além do recálculo das estimativas de perda esperada, incluindo as análises preparadas pela diretoria do Banco sobre os eventuais impactos gerados pelo atual cenário social.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para a apuração e registro contábil são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

#### Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa n° 23 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 194.123 mil em 31 de dezembro de 2024. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa n° 23 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future  
with confidence**

### Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 513.572 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas por não recuperação de empréstimos e recebíveis, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito, em concordância com a legislação vigente. Ainda, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outros Assuntos**

#### *Demonstrações financeiras individuais*

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificações, nesta mesma data.



Shape the future  
with confidence

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.



Shape the future  
with confidence


- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F

  
Renata Zanotta Calçada  
Contadora CRC - RS062793/O-8

## RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 31.12.2024

### INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. Durante o 2º semestre de 2024, o órgão estatutário reuniu-se três (03) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 31/12/2024, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

### I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

### II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

### III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade, o detalhamento das informações e serviços prestados pelas empresas de auditorias independentes sobre: as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios, contratuais ou conveniados. Não tendo sido verificadas situações em que a independência das auditorias externas ficasse comprometida no exercício de suas atribuições.

### IV - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; o Relatório de Administração e Socioambiental; e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2024. Com base nas atividades desenvolvidas, com o respaldo da auditoria independente e da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Assim, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 24 de março de 2025.

LAUREN MOMBACK  
MAZZARDO:92280  
382091

Assinado de forma digital por  
LAUREN MOMBACK  
MAZZARDO:92280382091  
Dados: 2025.03.25 13:01:11  
-03'00'

**LAUREN MOMBACK MAZZARDO**  
Coordenador do Comitê de Auditoria  
Representante do Estado de RS

EDERSON JOSE  
PINHEIRO  
COLACO:034755279  
01

Assinado de forma digital por  
EDERSON JOSE PINHEIRO  
COLACO:03475527901  
Dados: 2025.03.25 09:54:52  
-03'00'

**EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO**  
Integrante do Comitê de Auditoria  
Representante do Estado do PR

AIRTON LUCAS  
THOME DE  
AZEREDO:048505  
27922

Assinado de forma digital  
por AIRTON LUCAS THOME  
DE AZEREDO:04850527922  
Dados: 2025.03.25 09:15:23  
-03'00'

**AIRTON L. THOME DE AZEREDO**  
Integrante do Comitê de Auditoria  
Representante do Estado do SC



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros do Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e no exercício das atribuições legais e estatutárias relacionadas, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pelas áreas técnicas e representantes da Administração no curso do respectivo exercício e no Relatório dos Auditores Independentes, compreendemos que os documentos estão em conformidade com as práticas contábeis que se aplicam ao BRDE, e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, opinando por sua aprovação.

Porto Alegre, 25 de março de 2025.

CICERO ANTONIO  
EICH:47887931053

Assinado digitalmente por CICERO ANTONIO EICH-47887931053  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - SRF, CN=CICERO ANTONIO EICH, OU=SECRETARIA DE RECEITA FEDERAL DO BRASIL, CN=CICERO ANTONIO EICH, OU=SECRETARIA DE RECEITA FEDERAL DO BRASIL, CN=CICERO ANTONIO EICH

**CÍCERO ANTÔNIO EICH**  
Presidente do Conselho Fiscal  
Representante do PR

Documento assinado digitalmente



**EDUARDO ROSEMBERG LACHER**  
Data: 25/03/2025 16:09:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**EDUARDO ROSEMBERG LACHER**  
Conselheiro Fiscal  
Representante do RS

Documento assinado digitalmente



**ADALBERTO CERVINO VENTURA**  
Data: 25/03/2025 16:24:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ADALBERTO C VENTURA**  
Conselheiro Fiscal  
Representante de SC